

Santa Cruz Power Corporation

Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$51.230 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa situação decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures e da provisão de garantia física e penalidade de lastro de energia, para a qual existem ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4 e nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicadores de riscos de valor recuperável dos seus ativos. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas à falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável desses ativos, as quais nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 31 de março de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

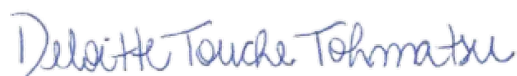
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

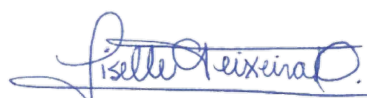
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

Circulante	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.489	7.834
Contas a receber	8	7.106	6.415
Estoque		257	257
Tributos a recuperar	9	427	342
Despesas antecipadas		574	-
Partes relacionadas	10	11	-
Outras contas a receber	11	423	818
Total do ativo circulante		20.287	15.666
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados a debêntures	12	-	9.990
Outras contas a receber	11	946	9
		946	9.999
Ativo de direito de uso		64	160
Imobilizado	13	123.672	127.174
Intangível	14	13.340	15.479
Total do ativo não circulante		138.022	152.812
Total do ativo		158.309	168.478

Passivo

Circulante	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	15	1.544	2.059
Debêntures	16	30.040	29.940
Partes relacionadas	10	-	3.007
Tributos e obrigações trabalhistas	17	1.216	867
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	18	38.635	41.890
Passivo de arrendamento		82	64
Total passivo circulante		71.517	77.827
Não circulante			
Debêntures	16	75.386	103.787
Partes relacionadas	11	27.343	25.810
Provisão para riscos	19	871	-
Passivo de arrendamento		-	192
Total do passivo não circulante		103.600	129.789
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	20	37.158	37.158
Prejuízos acumulados	20	(53.966)	(76.296)
Total patrimônio líquido negativo		(16.808)	(39.138)
Total passivo e Patrimônio líquido negativo		158.309	168.478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	21	56.826	53.165
Custos de operação e compra de energia elétrica	22	(16.885)	(18.572)
Lucro bruto		39.941	34.593
Despesas gerais e administrativas	23	(1.341)	(1.504)
Lucro operacional		38.600	33.089
Receitas financeiras		2.292	2.570
Despesas financeiras		(16.395)	(26.140)
Resultado financeiro	24	(14.103)	(23.570)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.497	9.519
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.167)	(2.249)
Lucro líquido do exercício		22.330	7.270
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$	22	0,52	0,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	22.330	7.270
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	22.330	7.270

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido negativo
Em 01 de janeiro de 2022	46.158	(13.000)	(83.566)	(50.408)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.270	7.270
Aumento de capital	-	4.000	-	4.000
Em 31 de dezembro de 2022	46.158	(9.000)	(76.296)	(39.138)
Em 01 de janeiro de 2023	46.158	(9.000)	(76.296)	(39.138)
Lucro líquido do exercício	-	-	22.330	22.330
Em 31 de dezembro de 2023	46.158	(9.000)	(53.966)	(16.808)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.497	9.519
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	13 e 14	6.560	6.663
Depreciação de ativo de direito de uso		96	96
Juros, variações monetárias - debêntures	16	16.487	20.413
Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	10	1.533	1.305
Provisão de juros - passivo de arrendamento		58	-
(Reversão) provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	18	(3.389)	3.443
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	8	(691)	(433)
Tributos a recuperar	9	(85)	330
Partes relacionadas	10	(3.007)	388
Outras contas a receber		318	(129)
Despesas antecipadas		(574)	2
Depósitos vinculados a debentures		-	(1.035)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	15	(515)	546
Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia		-	381
Provisão para riscos		-	(793)
Outras contas a pagar		134	(242)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(138)	(146)
Caixa proveniente das operações		41.284	40.308
Juros pagos de debêntures	16	(11.616)	(13.224)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.680)	(2.249)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		27.988	24.835
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(919)	(519)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(919)	(519)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures	16	(33.172)	(22.901)
Depósitos vinculados a debêntures	12	9.990	-
Pagamento de arrendamento mercantil		(232)	(32)
Aumento de capital		-	4.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.414)	(18.933)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		3.655	5.383
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.834	2.451
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.489	7.834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em de 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 24 de setembro de 1997 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até março de 2005, quando foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Contour Global do Brasil Participações S.A.

Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria") através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Essentia PCHs S.A e de suas investidas. O controlador direto da Companhia é a Essentia PCHs S.A.

O objeto social da Companhia é a produção independente de energia elétrica, conforme a Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina, bem como uma linha de transmissão para interligação à subestação, com a comercialização da energia elétrica produzida.

Em consonância com seu objeto social, a Companhia obteve autorização da ANEEL (Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, com 24,66 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.680 de 06 de maio de 2009, autorizou o início da operação comercial da PCH São Domingos II a partir de 7 de maio de 2009. O comissionamento das instalações das linhas de transmissões ocorreu em 12 de dezembro de 2009, possibilitando a efetiva entrada em operação.

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, cuja promulgação das partes vetadas ocorreu em 11 de junho de 2021, alterando o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A nova Lei incluiu a possibilidade de ajuste do prazo de outorga de autorização de geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora desde que (i) a usina tenha entrado em operação até 1º de setembro de 2020, (ii) possua outorga com vigência de 30 anos e que (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Ao final do prazo de autorização, não havendo prorrogação, os seus bens e instalações vinculados a produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos circulantes excederam os ativos circulantes no montante de R\$ 51.230 (R\$ 62.161 em 31 de dezembro de 2022) decorrente substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses e da provisão de garantia física e penalidade de lastro de energia. O patrimônio líquido está negativo no montante de R\$ 16.808 (R\$ 39.138 em 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo circulante	20.287	15.666
Total do passivo circulante	71.517	77.827
Capital circulante líquido negativo	(51.230)	(62.161)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessário. Além disso, a Companhia vem gerando lucros nos últimos anos, revertendo assim seus prejuízos acumulados, assim como tem mantido uma geração de caixa operacional positiva.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3 PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Monitoramento das políticas de câmbio do Banco Central do Brasil
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém debêntures associadas a taxa de juros local, gerando exposição à variação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa, e as debêntures emitidas à taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros mensalmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não possuía contratos de derivativos de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
		Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Debêntures – Juros IPCA	105.524	4.073	3.055	5.092	2.037	6.110

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, A Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível de R\$11.489 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.834 em 31 de dezembro de 2022) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	1.544	-	-	-	1.544
Debêntures	34.994	69.610	19.041	-	123.645
Partes relacionadas	-	27.343	-	-	27.343
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento	82	-	-	-	82
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	2.059	-	-	-	2.059
Debêntures	36.625	73.554	54.700	-	164.879
Partes relacionadas	3.007	25.810	-	-	28.817
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	41.890	-	-	-	41.890
Passivo de arrendamento	64	192	-	-	256

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Total das debêntures	16	105.426	133.727
(-) caixa e equivalentes de caixa	7	(11.489)	(7.834)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	12	-	(9.990)
Dívida líquida		93.937	115.903
Total do passivo a descoberto	20	(16.808)	(39.138)
Total do capital (passivo a descoberto e dívida líquida)		77.129	76.765
Índice de alavancagem financeira - %		122%	151%

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, a usina da Companhia participante do MRE têm sua Garantia Física afetada positivamente negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, à usina da Companhia participante do MRE foi atribuída garantia física pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A Garantia Física determina o montante de energia que esta usina tem para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação à usina da Companhia, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua Garantia Física e ela atribuída o que pode ocasionar a redução de suas Garantias Físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela Área Comercial e pelo Comitê de Comercialização de Energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativos e passivos mensurado ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.489	7.834
Contas a receber	8	7.106	6.415
Partes relacionadas	10	11	-
Depósitos vinculados a debêntures	12	-	9.990
Outras contas a receber	11	1.369	825
Ao custo amortizado		19.975	25.064

Passivos financeiros e outros

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	16	105.426	133.727
Partes relacionadas	10	27.343	28.817
Fornecedores	15	1.544	2.059
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	18	38.635	41.890
Passivo de arrendamento		82	256
Ao custo amortizado		173.030	206.749

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

6 ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023

e Declaração da Prática 2 da IFRS

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, adicionalmente, a Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não há expectativa de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	-	5.587
Recursos em aplicações financeiras	11.489	2.247
	11.489	7.834

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas à taxa média de 99% do CDI, em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022).

8 CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	7.106	6.415
	7.106	6.415

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	6.878	6.186
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 90 dias	226	229
Vencidos de 91 a 180 dias	2	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	7.106	6.415

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos de renda retidos na fonte ("IRRF").

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
IRRF	409	337
COFINS e PIS a recuperar	3	3
IRPJ e CSLL	1	1
Outros	14	1
	427	342

10 PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas com empresas coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se os termos e condições acordados entre as partes relacionada e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	11	-	209	-
		11	-	209	-
Essentia PCHs S.A.	Outras contas a pagar	-	-	2.798	-
		-	-	2.798	-
Essentia PCHs S.A.	Contratos de mútuo	-	27.343	-	25.810
		-	27.343	-	25.810
Total		11	27.343	3.007	25.810

Movimentação	Ativo circulante				Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Custo compartilhado	Total	Custo compartilhado	Contas a pagar	Total	Custo compartilhado	Contrato de mútuo	Total
Saldo em 01/01/2022	5	5	2.874	342	3.216	-	23.975	23.975
Ingresso	-	-	-	209	209	-	-	-
Liquidação	(5)	(5)	(76)	(342)	(418)	-	-	-
Provisão de juros	-	-	-	-	-	-	1.591	1.591
Reclassificação	-	-	(2.798)	2.798	-	-	244	244
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	3.007	3.007	-	25.810	25.810
Saldo em 01/01/2023	-	-	-	3.007	3.007	-	25.810	25.810
Ingresso	-	-	469	-	469	-	-	-
Liquidação	-	-	(480)	(3.007)	(3.487)	-	-	-
Provisão de juros	-	-	-	-	-	-	1.533	1.533
Reclassificação	11	11	11	-	11	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	11	11	-	-	-	-	27.343	27.343

Empresas	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
		Resultado	Resultado
Essentia PCHs S.A.	Despesa de custo compartilhado	(469)	(209)
		(469)	(209)
Essentia PCHs S.A.	Despesas de juros de contratos de mútuo	(1.533)	(1.591)
		(1.533)	(1.591)
Total das despesas		(2.002)	(1.800)

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas de folha de pagamento incorridas que beneficiam todas as empresas, foram rateadas entre todas as SPEs de acordo com a capacidade instalada de cada usina.

Contratos de mútuo

Mutuante	Mutuária	Valor do contrato	Prazo do contrato	Juros	31.12.2023
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	5.500	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.842
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	3.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	2.460
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	2.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	4.508
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	6.000	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.479
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	4.800	Indeterminado	7% a.a.	3.054
Total		22.900			27.343

Remuneração da Administração

A Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 1.880 (R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2022).

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	423	170
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	648
	423	818
Não circulante		
Neoenergia S.A. (i)	871	-
Outros	75	9
	946	9
Total	1.369	827

(i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos à gestão da Neoenergia S.A. Os passivos correlatos estão mencionados na nota explicativa nº 19.

12 DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBÊNTURES

Não há saldo referente a 31 de dezembro de 2023, os quais foram utilizados durante o exercício para amortização parcial das debêntures (R\$9.990 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia deverá recompor o saldo da conta de depósitos vinculados a debêntures até 31 de dezembro de 2024, no montante mínimo de R\$4.500.

13 IMOBILIZADO

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2022	11	3.259	77.796	46.001	4.893	131.960
Adição	291	-	-	150	-	441
Depreciação	-	-	(2.369)	(2.174)	(180)	(4.723)
Baixa	-	-	-	-	(8)	(8)
Transferência	(294)	-	96	(295)	(3)	(496)
Em 31 de dezembro de 2022	8	3.259	75.523	43.682	4.702	127.174
Custo	8	3.259	107.337	72.561	6.911	190.076
Depreciação acumulada	-	-	(31.814)	(28.879)	(2.209)	(62.902)
Em 31 de dezembro de 2022	8	3.259	75.523	43.682	4.702	127.174
Em 01 de janeiro de 2023	8	3.259	75.523	43.682	4.702	127.174
Adição	793	-	-	26	100	919
Depreciação	-	-	(2.434)	(2.206)	(168)	(4.808)
Transferência (i)	943	-	-	(585)	29	387
Saldo contábil, líquido	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672
Custo	1.744	3.259	107.337	72.082	7.040	191.462
Depreciação acumulada	-	-	(34.248)	(31.165)	(2.377)	(67.790)
Em 31 de dezembro de 2023	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672

(i) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado.

Imobilizado	Taxa média de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2%
Máquinas, equipamentos e outros	3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%

14 INTANGÍVEL

Política contábil

a) Direito de autorização

Resolução autorizativa relativa a repactuação do risco hidrológico recebida pela Companhia para atuar como produtor independente de energia elétrica pelos prazos estabelecidos nas outorgas.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

	Direito da autorização	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2022	16.738	99	16.837
Amortização	(1.818)	(122)	(1.940)
Transferência	(193)	775	582
Saldo contábil, líquido	14.727	752	15.479
Custo	16.545	1.841	18.386
Amortização acumulada	(1.818)	(1.089)	(2.907)
Em 31 de dezembro de 2022	14.727	752	15.479
Em 01 de janeiro de 2023	14.727	752	15.479
Amortização	(1.594)	(158)	(1.752)
Transferência (i)	(286)	(101)	(387)
Saldo contábil, líquido	12.847	493	13.340
Custo	16.738	1.075	17.813
Amortização acumulada	(3.891)	(582)	(4.473)
Em 31 de dezembro de 2023	12.847	493	13.340

(i) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado.

Intangível	Taxa média de depreciação
Direito da autorização	10%
Software	20%

15 FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	998	1.254
Compra de energia	546	805
	1.544	2.059

16 DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos,

líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023, houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Debêntures	30.088	29.940
(-) Custo de colocação debêntures	(48)	-
	30.040	29.940
Não circulante		
Debêntures	75.437	103.950
(-) Custo de colocação debêntures	(51)	(163)
	75.386	103.787
Total debêntures	105.426	133.727

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	31/12/2022
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ªSérie - R\$ 57.000	15/06/2013	IPCA + 8.80% a.a.	Anual	Anual	1ªSérie - 15/06/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas	105.525	133.890
		2ªSérie - 15/09/2026					(ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.			
		3ªSérie - 15/12/2026								
		4ªSérie - 15/03/2027								
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(99)	(163)
									105.426	133.727

Composição por movimentação

	Passivo circulante			Passivo não circulante			Total Geral
	Natureza			Natureza			
		(-) Custo de Colocação Debêntures			(-) Custo de colocação debêntures		
Movimentação	Debêntures	Debêntures	Total	Debêntures	debêntures	Total	Total Geral
Saldo em 01/01/2022	27.478	-	27.478	122.125	(246)	121.879	149.357
Provisão de juros	12.330	-	12.330	-	-	-	12.330
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	-	-	83	83	83
Atualização monetária	3.356	-	3.356	4.727	-	4.727	8.083
Liquidação do principal	(22.902)	-	(22.902)	-	-	-	(22.902)
Liquidação dos encargos	(13.224)	-	(13.224)	-	-	-	(13.224)
Transferência	22.901	-	22.901	(22.901)	-	(22.901)	-
Saldo em 31/12/2022	29.939	-	29.939	103.951	(163)	103.788	133.727
Saldo em 01/01/2023	29.939	-	29.939	103.951	(163)	103.788	133.727
Provisão de juros	10.588	-	10.588	-	-	-	10.588
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	-	-	64	64	64
Atualização monetária	5.835	-	5.835	-	-	-	5.835
Liquidação do principal	(33.172)	-	(33.172)	-	-	-	(33.172)
Liquidação dos encargos	(11.616)	-	(11.616)	-	-	-	(11.616)
Transferência	28.514	(48)	28.466	(28.514)	48	(28.466)	-
Saldo em 31/12/2023	30.088	(48)	30.040	75.437	(51)	75.386	105.426

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pela Companhia estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índices e Limites Financeiros (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida com Caixa), deverá ser maior ou igual a 1,20 e Índices e Limites Financeiros (dívida líquida pelo EBITDA), deverá ser menor ou igual a 3,5 ambos os índices deverão ser baseados nas demonstrações financeiras auditadas.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados descumprimentos de covenants.

Composição, por ano de vencimento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	29.940
2024	30.088	26.978
2025	27.952	29.061
2026	30.141	31.332
2027	17.344	16.580
	<u>105.525</u>	<u>133.891</u>

17 TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente de PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	583	403
Imposto sobre serviço - ICMS e ISS	13	14
PIS e COFINS a pagar	443	217
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	125	195
Salários e encargos sociais	26	17
Outros	26	21
	<u>1.216</u>	<u>867</u>

Política contábil

As outras contas a pagar e provisões são reconhecidas quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia**Composição**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	38.635	41.890
	<u>38.635</u>	<u>41.890</u>

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II, em Goiás. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela Companhia, proprietária da usina. O saldo em aberto desde então é provisionando e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro é conforme abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	41.890	38.066
Provisão/reversão	(3.389)	381
Atualização monetária	-	3.443
Reclassificação	134	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>38.635</u>	<u>41.890</u>

19 PROVISÃO PARA RISCOS

Política contábil

A Companhia está envolvida em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

- a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	871	-
	871	-

- b) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

A Companhia é parte em ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Tributários e Regulatório	13.640	14.882
	13.640	14.882

O saldo de em 31 de dezembro de 2023 refere-se a processos judiciais e administrativos, que têm como saldo de maior relevância o diferencial de alíquota de ICMS no montante de R\$ 6.405 na aquisição de mercadorias e a anulação da aplicação do procedimento de revisão automática de garantia física no montante de R\$ 7.235.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- (a) Capital social

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Acionista						
Essentia PCHs S.A.	100%	43.014.847	37.158	100%	43.014.847	37.158
A integralizar		9.000.000	9.000		9.000.000	9.000
	100%	52.014.847	46.158	100%	52.014.847	46.158

(b) Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	22.330	7.270
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	43.015	39.015
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	0,52	0,19

21 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes.

As receitas operacionais da Companhia são baseadas em contratos de geração de energia hídrica de longo prazo, com duração de 30 anos, com distribuidoras de energia.

Composição

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	59.088	55.322
(-) Impostos sobre vendas	(2.169)	(2.083)
(-) Encargos sobre concessão	(93)	(73)
	56.826	53.165

22 CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2023	31/12/2022
Custos da operação e compra de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(7.568)	(7.744)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(351)	(567)
Custo de operação (b)	(8.966)	(10.261)
	(16.885)	(18.572)

(a) Energia elétrica comprada para revenda e encargos de transmissão

	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(6.878)	(5.824)
Custo de liquidação CCEE	(690)	(1.920)
	(7.568)	(7.744)

- (i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física.

(b) Custo de operação

Custo de operação	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(906)	(1.110)
Materiais e serviços de terceiros	(1.009)	(1.890)
Depreciações e amortizações - direito de uso	(96)	(96)
Depreciações e amortizações	(6.561)	(6.663)
Outros custos de operação	(394)	(502)
	(8.966)	(10.261)

23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(119)	(891)
Materiais	(2)	(21)
Pessoal e encargos	(43)	(13)
Provisões para contingências	-	854
Aluguéis	-	1
Seguros	(678)	(1.070)
Despesas Tributárias	(1)	(23)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(29)	(132)
Despesas compartilhadas (nota 10)	(469)	(209)
	(1.341)	(1.504)

24 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.290	2.184
Variação cambial	-	1
Outras receitas	2	385
Total das receitas financeiras	2.292	2.570
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	(10.588)	(12.330)
Amortização de custos de emissão de dívida	(64)	(83)
Atualização monetária sobre debêntures	(5.835)	(8.083)
Atualização financeira direito de uso	(58)	-
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	1.935	(3.443)
Outras despesas financeiras	(252)	(610)
	(14.862)	(24.549)
Despesa financeira com partes relacionadas		
Resultado com partes relacionadas	(1.533)	(1.591)
	(1.533)	(1.591)
Total das despesas financeiras	(16.395)	(26.140)
Resultado financeiro	(14.103)	(23.570)

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a atualização monetária referente a penalidade de lastro de energia.

25 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente.

A Companhia adota o regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Gerada	59.088	55.322
Base de cálculo IRPJ (8%)	4.728	4.427
Receita financeiras	1.092	1.674
Base de cálculo	5.820	6.101
IRPJ - 15%	(873)	(915)
IRPJ adicional - 10%	(558)	(586)
Base de cálculo CSLL (12%)	8.183	8.314
CSSL - 9%	(736)	(748)
Total de IRPJ e CSLL - lucro presumido	(2.167)	(2.249)

26 COMPROMISSOS

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contrato de compra de energia (i)	2.162	4.631		6.793
	2.162	4.631	-	6.793

Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela sazonalidade da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

27 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$ 251.792, de lucros cessantes no montante de R\$ 51.091. O seguro de responsabilidade civil no montante de 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requeiram divulgação.